
Revista
IDeAS

Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade

Entre a indústria e a vida no engenho: Uma análise das transformações do trabalho na “zona” da cana de Pernambuco¹

Jeanne Mariel Brito de Moura²
Cleiton Ferreira Maciel³

¹Pesquisa realizada no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande e financiada pela CAPES entre os anos de 2011 e 2013.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, mestre em Ciências Sociais pela UFCG e membro do grupo de pesquisa Ruralidades, Ambiente e Sociedade. E-mail: maribrito21@yahoo.com.br. Endereço: Rua José Duarte de Souza, 350, apt. 15. CEP: 13564-030, São Carlos-SP. Telefone: (16) 8156-2982.

³ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, mestre em sociologia pela UFAM e membro do Laboratório de Estudos do trabalho, profissões e mobilidades. Bolsista do Programa RH - Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM. E-mail: cleiton.keto@hotmail.com. Endereço: Rua José Duarte de Souza, 350, apt. 15. CEP: 13564-030, São Carlos-SP. Telefone: (16) 8156-2917.

Resumo

O presente artigo é fruto da pesquisa do mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande, realizada nos anos de 2011 a 2013, e analisa os processos pelos quais as condições de existência no espaço rural do Engenho Megaípe, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes- PE, têm se metamorfoseado diante das dinâmicas econômicas em curso na “zona” da cana-de-açúcar, que é impulsionada, principalmente, pela industrialização e logística, a qual tem como símbolo o Porto de Suape. A ideia central deste trabalho é mostrar quais são as principais estratégias produtivas que possibilitam a reprodução social dessas famílias que vivem no engenho, evidenciando, sobretudo, como elas percebem essas novas formas de trabalho. Dentre os resultados da pesquisa, destacam-se: a busca pelo trabalho nas indústrias como um projeto de vida das famílias do engenho; a manutenção nos engenhos de atividades agrícolas de subsistência; e a insegurança das famílias em perder suas moradias no engenho diante das transformações que ocorrem na região.

Palavras-chave: *estratégias produtivas, trabalho rural, Engenho Megaípe.*

BETWEEN INDUSTRY AND LIFE IN THE SUGAR MILL: An analysis of change in work in the "zone" cane of Pernambuco

Abstract

The this Article is fruit of the masters in Social Sciences in University Federal of Campina Grande between year 2011-2013, and analyzes the processes by which the conditions of existence in space rural the Megaípe Sugar Mill, located in municipality of Jaboatão dos Guararapes-PE, has morphed face of the economic dynamics under way in the "zone" of cane sugar, which is mainly driven by industrialization and logistics, which is symbolized by the Port of Suape. The central idea of this work is to show what are the main productive strategies that enable the social reproduction of these families that living on the sugar mill, showing, especially, how they perceive these new ways of working. Among search results, stand out: the search by work in industries as a project of life of families the sugar mill; the maintenance in the sugar mill of activities agricultural of subsistence; and insecurity of families in lost their townhouses in engenho forth of the transformations that occurring in the region.

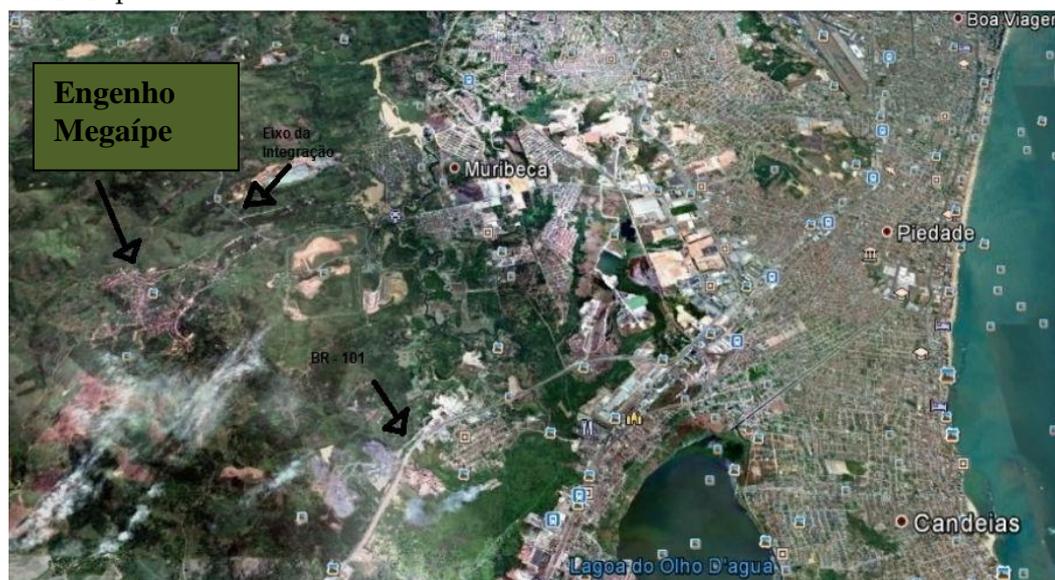
Keywords: *production strategies, rural labor, Megaípe Sugar Mill.*

Introdução

A proposta deste artigo é analisar as diferentes estratégias produtivas acionadas pelas famílias do Engenho Megaípe que objetivam a permanência em um espaço rural, que em decorrência das intensas transformações à sua volta tem se modificado.

O estudo de caso foi realizado com as famílias agricultoras oriundas do Engenho Megaípe, localizado no município de Jaboatão dos Guararapes que se situa na região metropolitana do Recife e faz parte dos municípios produtores de açúcar do Estado de Pernambuco. A Figura 1 abaixo mostra sua localização:

Figura 1- Localização do Engenho Megaípe (Município: Jaboatão dos Guararapes)



Fonte: Google Earth, 2013.

Por se situar em uma região estratégica, possuir parques industriais consolidados e ampla disponibilidade de terras, além da proximidade do Porto de Suape⁴, o município de Jaboatão dos Guararapes tem vivenciado transformações econômicas tais, que cada

⁴ O Porto de Suape é um complexo industrial/portuário situado no litoral da Região Metropolitana do Recife, sendo o principal responsável pela dinamização da economia de Pernambuco.

vez mais as atividades agrícolas, principalmente a cana-de-açúcar, vêm perdendo espaço para as atividades não agrícolas.

Contudo, essas mudanças não ocorreram de forma repentina, antes foram forjadas a partir de um interesse “oficial” em diversificar as atividades econômicas de Pernambuco, tendo por objetivo industrializá-lo e não mais depender da atividade canavieira como única alternativa produtiva.

Os impactos sociais e econômicos ocasionados por essas transformações foram sentidos majoritariamente pela população do campo que, por não conseguir encontrar nas atividades agropecuárias o seu sustento, passou a buscar outros meios para se fixar no seu lugar de vida. No caso, intensificou-se a procura por trabalhos nas indústrias da região. De certa forma, podemos dizer que as mudanças nesse espaço objetivado geraram uma série de mudanças no modo de vida dessa população, de maneira a desintegrar não somente a dinâmica interna do lugar analisado, mas, sobretudo, as próprias significações dos sujeitos sobre seu lugar no mundo.

Nesses termos, a pesquisa revela que, além dos reflexos provocados na percepção da população acerca do meio rural, essas mudanças produtivas influenciaram nos projetos de vida dos grupos diretamente envolvidos nesses processos. Apontamos, assim, que essas novas dinâmicas exemplificam o que a sociologia rural vem denominando de ruralidades contemporâneas. Termo que tenta abarcar, diante das diversas complexidades da vida no campo, as dinâmicas atualizadas no meio rural.

Os dados da pesquisa de campo demonstraram que essas “novas”⁵estratégias são acionadas a partir de uma negociação com a família, na qual geralmente são os filhos que saem de casa à procura de outras atividades, enquanto os pais tendem a ficar no engenho, ora

⁵ As estratégias das famílias rurais de mesclarem suas atividades agrícolas com atividades não agrícolas não é um fenômeno novo em si, tendo ocorrido de forma abundante nas sociedades rurais, como demonstram os estudos de Woortmann (1990), Scott (2009), Menezes (2009). Contudo, no caso analisado, o que há de novo não é essa mescla de atividades em si, mas a busca pelo emprego nas indústrias. Se antes essa mão de obra era absorvida totalmente pelo corte da cana-de-açúcar, agora as indústrias passaram a se beneficiar desses trabalhadores oferecendo-lhes subempregos com baixos salários.

trabalhando como cortador de cana, ora desenvolvendo suas atividades agrícolas, predominantemente de subsistência.

Os dados apontaram também que esses trabalhos encontrados pelos jovens são precários, pois a maioria das empresas não paga o salário mínimo nem assina a carteira de trabalho. Esses trabalhadores não são contratados pelas empresas diretamente, mas por prestadoras de serviços que intermediam seu acesso ao mundo das fábricas, inserindo-os em um tipo de subemprego. Esses trabalhadores podem ser entendidos de certa forma, conforme mencionou Wanderley (2009), como um “trabalhador para o capital”.

Nesse sentido, Luxemburgo (1984) evidencia que no processo de acumulação do capital faz-se necessário buscar as regiões não capitalistas como fonte de aquisição de recursos naturais e força de trabalho. Assim, ao romper com as formas de vida das sociedades rurais e se apropriar de sua força de trabalho, o que resta aos agricultores é se tornar um trabalhador para o capital. Atualizando esse debate, Harvey (1993; 2011) demonstra que periodicamente o capitalismo percorre esse caminho de encontrar novas formas de se obter lucros, utilizando-se da exploração da mão de obra barata e oferecendo quase nada em troca.

Para a compreensão da problemática em questão, foi feita uma pesquisa de campo de natureza qualitativa com as famílias do Engenho Megaípe nos meses de maio, setembro, outubro e novembro de 2012. Partimos de uma perspectiva que visava compreender como os sujeitos imersos nesses processos de mudanças interpretavam sua realidade.

Destarte, a pesquisa se dividiu em dois momentos: a) em um primeiro momento foi feita uma pesquisa documental com o levantamento de bibliografias e visitas às instituições que são referência para o estudo aqui realizado, tais como o Instituto Histórico de Jaboatão dos Guararapes e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jaboatão dos Guararapes; b) em um segundo momento foi feita a pesquisa de campo a partir de três vieses: a observação das conexões existentes entre os atores sociais em seu espaço de vida, a realização de entrevistas e a aplicação de questionários.

Em face disso, os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas, que abarcaram a história de vida de seus moradores, e da observação não apenas do cotidiano, mas do comportamento

habitual de seus moradores. Visou, assim, compreender o que Malinowski (1978) chama de os *imponderáveis da vida real*, em que as situações relacionadas com a rotina da vida demonstram os pormenores do grupo analisado. Ao todo foram feitas nove entrevistas com informantes-chave, moradores mais antigos e “chefes” da unidade familiar, que guardam consigo retratos da memória do lugar. A partir das entrevistas com esses atores foi possível perceber as estratégias utilizadas pelas famílias para diversificar suas atividades, bem como entender suas percepções sobre as transformações que há tempos têm ocorrido em seu espaço de vida.

Além disso, também foram aplicados 32 questionários aos moradores para captar as dimensões do problema de ordem mais quantitativa que não se tornaram claro nas entrevistas. Através desses questionários, por exemplo, pudemos analisar melhor o perfil de cada família. O público-alvo dos questionários foi escolhido aleatoriamente, objetivando, contudo, colher informações de toda a extensão do engenho, desde sua parte central até a parte periférica.

As transformações na zona da cana: um cenário de metamorfoses

A zona do açúcar envolve, além dos 43 municípios da Zona da Mata⁶, alguns municípios da Região Metropolitana do Recife. Todos esses municípios têm em comum o fato de se situarem na proximidade do litoral, região na qual a cana-de-açúcar se desenvolveu historicamente, desde o período colonial até os dias atuais (CONDEPE/FIDEM, 2009).

A civilização do açúcar se estendeu por toda a porção litorânea de Pernambuco em decorrência de uma série de fatores, dos quais se destacam: a facilidade para escoar a produção para a Europa – por causa da proximidade com o mar e da abundância de rios – e a permanência e resistência indígena nas regiões interioranas do estado (ANDRADE, 1989). Essa característica, da predominância dos engenhos

⁶ Ao falar de Zona da Mata, estou me referindo à utilização desse termo feita por Velho (1969), Palmeira (1977) e Sigaud (1979), que historicamente esteve ligado à zona canavieira. Atualmente a nomenclatura mais utilizada para essa região de desenvolvimento é Mata Sul.

no litoral, também foi responsável por fomentar um adensamento populacional na região pernambucana conhecida como Zona da Mata.

A população que começou a residir na porção litorânea do estado era formada por uma diversidade de homens livres que viviam em torno do engenho, além dos escravos, onde destacadamente o senhor de engenho possuía poder e *status* entre os seus empregados e demais moradores. Sobre essa sociedade açucareira, Andrade (1989, p. 13) afirma que:

A sociedade açucareira era, na verdade, muito elitista e concentradora de renda nas mãos de uma oligarquia que se autointitulava “nobreza da terra”, formada por pessoas ligadas a algumas famílias entre si, em contraste com uma grande massa de escravos e de libertos, completamente expropriados de bens, e um pequeno grupo intermediário.

Esse tripé da sociedade colonial, sustentado por uma “nobreza da terra”, escravos e homens libertos, foi o responsável pela base populacional que fomentaria os modos de vida no engenho, contribuindo, deste modo, para o estabelecimento da civilização do açúcar⁷.

Tal civilização se desenvolveu pela implantação do sistema *plantation* – que teve na monocultura canavieira e na exploração por meio da escravidão sua marca registrada– e pela concentração de terras, cujo monopólio pertencia a uma minoria de famílias ricas, enquanto a massa populacional padecia de uma série de ausências, como terra, casa e direitos sociais básicos (educação, saúde).

A especificidade dessa civilização também gerou entraves ao desenvolvimento da agricultura, sendo esta “limitada” pela escassa disponibilidade de terras não obstante a abundância de mão de obra, o que fez com que parte da população rural fosse trabalhar nos engenhos

⁷A civilização do açúcar foi analisada por Gilberto Freyre no livro *Nordeste*. Publicado inicialmente em 1937, o livro tem a proposta de revelar a estrutura da sociedade açucareira que se desenvolveu no Nordeste brasileiro, evidenciando, portanto, o latifúndio, a monocultura canavieira e a relação do homem com a natureza.

e usinas de cana-de-açúcar em troca de uma moradia e de terra para plantar.

Destarte, a região do açúcar (que compreende o Litoral e a Zona da Mata) foi por muito tempo um espaço de disputa entre a produção monopolizadora da cana-de-açúcar e a busca de centenas de agricultores por um espaço para plantar e desenvolver a agricultura. Contudo, tendo em vista a dificuldade do acesso a terra em uma região como essa, a idealização de uma vida no meio rural só se tornou possível pela ligação a algum engenho por parte das famílias agricultoras, que, para poder usufruir de alguma terra para morar e plantar, tinham de se submeter ao dono do engenho fornecendo sua mão de obra em troca. A esse modelo de “moradia + trabalho” amplamente difundido na Zona da Mata, deu-se o nome de *morada*.

Ao ingressar no *sistema de morada*⁸ o trabalhador rural não está à procura apenas de um trabalho ou uma casa para viver, mas sim da possibilidade de usufruir do benefício do sítio que somente o acesso a terra pode lhe trazer. Dessa forma, constata-se que esses trabalhadores/moradores são agricultores que, em decorrência dos longos processos de expropriação na Zona da Mata, precisaram se submeter ao trabalho no engenho.

Ainda que o trabalhador/morador da região do açúcar estivesse propenso a uma maior “exposição” ao processo de proletarização no percurso de suas trajetórias, isso de forma alguma implicaria uma afirmação de que esses produtores não fossem agricultores.

Em face disso, Wanderley tem uma percepção peculiar sobre esse dilema vivenciado pelos moradores de engenho, qual seja, a possibilidade de realizar seu projeto de vida no campo através da moradia no engenho:

O morador de engenho, por exemplo, é um trabalhador rural, no sentido de que não dispõe da propriedade de seus meios de produção. Mas é através do contrato de trabalho que ele procura

⁸Sistema de moradia e trabalho que consiste na casa que o morador do engenho recebe para morar e no sítio que recebe para plantar produtos agrícolas de subsistência, ao ingressar no trabalho canavieiro dos engenhos. Conceito difundido, principalmente, nas pesquisas de Sigaud (1979) e Palmeira (1977).

realizar sua perspectiva de manter uma organização familiar do trabalho, através da qual possa obter um nível de renda familiar complementar ao salário. (WANDERLEY, 2009, p. 130)

Nesse sentido, pode-se dizer que a *morada* no engenho representou um mecanismo viável que assegurava a trajetória de vida de muitas famílias no campo. Mais do que uma casa para habitar, *morar* no engenho significava possuir condições de “ter” terra para plantar, ainda que por um período de tempo determinado⁹. Significava, também, a possibilidade de usufruir do sítio. É nessa linha de pensamento que Palmeira afirma que:

Quando o trabalhador potencial procura um engenho, antes de pedir trabalho, o que ele procura é casa. Mas não é qualquer casa, no sentido que nós damos a essa palavra, que ele procura, mas sim casa de morada, uma casa que permita o sustento dele e de sua família e lhe assegure certas vantagens no engenho, além de lhe abrir certas possibilidades como a do usufruto de um sítio. (PALMEIRA, 1977, p. 205)

Essa constatação a que chegou Palmeira nos leva a compreender que a obtenção da morada é, com efeito, uma forma de permanência e de reprodução da unidade familiar no meio rural.

Portanto, o trabalho no engenho não é a finalidade de vida almejada pela família agricultora, mas é um mecanismo social que conduzirá essa família a ter a autonomia que somente o seu trabalho no sítio assegurará. Vejamos o que diz Palmeira (1977, p. 206) sobre este aspecto:

Mas não há dúvida de que a concessão de sítios representa o mais importante dos “prêmios” que o

⁹ A permanência do morador/trabalhador no engenho não é garantida apenas por sua própria vontade, mas pela determinação do dono do engenho/usina, que de acordo com seus critérios pode expulsar os moradores de sua propriedade.

senhor de engenho atribui ao morador, pois significa que o morador poder plantar, além do seu roçado, árvores e, portanto, ligar-se permanentemente à propriedade (e aqui o tempo de permanência passa a ser um elemento importante).

Por certo a região canavieira possui muitas singularidades, fazendo com que as relações estabelecidas no seu espaço rural assumam contornos diferentes das regiões em que o agricultor dispõe da posse da terra. As formas de relações que emanam do modo de vida no engenho desde cedo parecem ser absorvidas pelos seus moradores, pois quem mora no engenho precisa entender, conforme uma expressão de Palmeira, as regras do jogo para poder ter acesso aos possíveis “benefícios” da casa e do roçado.

Por um longo período de tempo o Estado de Pernambuco, principalmente o Litoral e a Zona da Mata, desenvolveu-se por meio desse modelo de trabalho e moradia, denominado *morada*. Assim, o legado da cultura canavieira trouxe consigo uma forma de viver que foi percebida no lugar onde a pesquisa foi desenvolvida, em que as relações interpessoais, a questão da terra e o trabalho no engenho/usina ocupam uma posição central no cotidiano dos atores sociais do Engenho Megaípe.

Contudo, as transformações em meados do século XX alteraram bastante esse modo de vida e de trabalho. Nesse sentido, Sigaud (1979) demonstrou que as rápidas mudanças desencadeadas na zona açucareira de Pernambuco na década de 1950-1970 evidenciaram não somente o processo de proletarização que esses trabalhadores estavam submetidos, mas também o intenso processo de expropriação instaurado na região em decorrência das crises que afetavam o setor sucroalcooleiro, que culminou na saída de boa parte desses moradores dos engenhos para as cidades.

Foi justamente em decorrência dessas crises cíclicas enfrentadas pela produção canavieira que o governo brasileiro criou em 1933 o Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) como uma tentativa de intervir no setor, proteger à agroindústria, conceder subsídios para os produtores

mais atingidos pelas oscilações do mercado, no caso o Norte e o Nordeste, além de organizar a exportação brasileira (ANDRADE, 1989).

Até meados da década de 1950, Pernambuco e Alagoas ainda se destacavam como os principais produtores de cana-de-açúcar do país. Porém, o processo de modernização da cana que ganhou força em torno dos anos 1960 não foi acompanhado pelos pernambucanos, fazendo com que não conseguissem competir em pé de igualdade com a região Sudeste (ANDRADE, 1989).

Cada vez mais a produção canavieira foi se concentrando na região Centro-Sul, tendo como principais fatores dessa transferência de uma região para outra: as terras e o clima que favoreciam o plantio no Centro-Sul do país, com melhores condições para a mecanização da produção; a baixa produtividade e baixa mecanização das terras de Pernambuco, em decorrência dos terrenos acidentados da Mata Sul e do litoral, e do desgaste do solo; e o domínio das terras nas mãos de uma elite latifundiária que tinha dificuldade em acompanhar os novos processos vigentes na produção canavieira.

Contudo, a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1990 foi o estopim que desencadeou uma crise mais intensa por toda a década no setor sucroalcooleiro do Nordeste, e em especial de Pernambuco, já que este dependia das intervenções governamentais. A crise gerada pela extinção do IAA criou uma desregulamentação do setor que causou uma verdadeira retração na economia de Pernambuco. Como consequência, muitas usinas abriram falência ou foram assimiladas por processo de fusão, agravando o enfraquecimento da produção na região.

Esse cenário de crise da economia canavieira também foi sentido em Jaboatão dos Guararapes, através da falência dos engenhos, do fechamento e da desativação de algumas usinas. Mesmo com uma relativa melhora na década de 2000 no setor da cana-de-açúcar em Pernambuco, o município de Jaboatão dos Guararapes manteve a baixa produtividade, e no ano de 2010 todas as usinas do município fecharam. Há ainda alguns engenhos em atividade na região, porém o processamento da cana-de-açúcar é feito nos municípios vizinhos.

Os dados do IBGE (2006) sobre a evolução da produção da cana-de-açúcar no município confirmam o declínio dessa cultura na região.

No ano de 1990 a área colhida no município era de 12.000 hectares com uma produção de 540.000 toneladas, porém, o censo agropecuário do IBGE de 2006 apontou um declínio dessa cultura agrícola na região, registrando uma produção de apenas 47.272 toneladas.

A cana-de-açúcar, que outrora era fonte de “riqueza e lucro”, se transformou em uma limitação no avanço da industrialização de Pernambuco e conseqüentemente de Jaboatão dos Guararapes. Com o objetivo de dinamizar a economia e de torná-la mais competitiva, o Estado de Pernambuco, paralelamente à produção da cana-de-açúcar, passou a implantar na década de 1970 vários distritos industriais nos municípios da Região Metropolitana do Recife (RMR) por meio dos incentivos da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

Diante desse contexto, Jaboatão dos Guararapes também acompanha a implantação dos distritos industriais na RMR, recebendo dois distritos em seu território: um localizado na BR 101, nas proximidades do Engenho Megaípe, e o outro nas margens da BR 232.

A implantação de dois distritos no mesmo município só foi possível por causa de sua proximidade com o Recife e da vasta quantidade de terras nas áreas rurais que foram disponibilizadas às empresas.

A chegada dos distritos trouxe crescimento e dinamismo para a economia do município. Além disso, a própria população rural passou a buscar cada vez mais uma ocupação nas empresas que se instalaram no entorno de seu território, visando, assim, “melhores condições de vida” para a sua família.

Dadas as circunstâncias, a falta de trabalho no meio rural, ocasionada pelo fechamento das usinas e pela fraca agricultura desenvolvida em Jaboatão dos Guararapes, foi o principal motivo do deslocamento da mão de obra do campo para a cidade. Esse deslocamento não é definitivo (no sentido de um abandono das atividades agropecuárias) e se caracteriza pela busca do trabalho nas empresas do município com a finalidade de complementar a renda da família.

Vale ressaltar que os “empregos” que esses trabalhadores rurais conseguem geralmente não lhes dão todos *os direitos*¹⁰ garantidos por lei. De uma forma geral, são empregos precários, braçais e sem garantia alguma. Entretanto, mesmo com todas essas dificuldades, a população rural, alvo de nossa pesquisa, afirmava que se submetia, e ainda se submete, a esse tipo de trabalho por causa da necessidade da família.

Contudo, o avanço dos empreendimentos sobre as áreas rurais, principalmente nas imediações do Engenho Megaípe, tem causado certa instabilidade com relação à permanência da população rural no seu lugar de vida. Isso porque parte das terras do engenho, que era de propriedade da Usina Bom Jesus, foi vendida para a implantação de empresas do polo logístico de Jaboatão dos Guararapes e para a construção da primeira zona de processamento de exportação de Pernambuco (CASTILHO, 2010).

As transformações em curso no meio rural são percebidas pela população através de dois aspectos: um positivo e outro negativo. Positivo porque tem oferecido emprego para os seus filhos, já que no campo não há serviço para todos, e negativo porque eles temem que essas mudanças cheguem ao território que moram e “roubem a sua paz”, ou que os tirem do lugar em que vivem há tanto tempo.

O aceleramento das atividades industriais em Jaboatão dos Guararapes se configurou por meio de um projeto de desenvolvimento da cidade que entrou em vigor a partir das crises do setor sucroalcooleiro no começo do século XX. Nesse sentido houve um esforço na direção de “modernizar” a base produtiva do município, em que as atividades agrícolas perderiam espaço para as atividades industriais.

Entretanto, vale ressaltar que até meados da década 1990, período em que ainda havia uma intensa produção canavieira na região, as atividades agrícolas conseguiam ter espaço de “destaque”. Isso ocorria por causa de dois fatores: maior “oferta de terras” para plantar, e “maior quantitativo” de trabalhador rural no campo. Chegamos aqui a um ponto interessante e que está relacionado com a ligação estabelecida entre a estrutura da monocultura canavieira e o funcionamento das atividades agrícolas do meio rural de Jaboatão dos Guararapes. Ainda

¹⁰ Os moradores da região da pesquisa utilizam a palavra “direitos” para se referir ao emprego que assina a carteira de trabalho.

que a atividade canavieira fosse centralizadora de terras e de mão de obra, ela era montada sobre uma estrutura que mantinha “vivo” o meio rural do município.

Isso implica dizer que as atividades agrícolas de Jaboatão dos Guararapes se desenvolveram à medida que a cana-de-açúcar avançava na região. A imensa extensão de terras despendida na plantação dos canaviais demandava uma grande quantidade de trabalhadores rurais.

Esse *modus operandi* do funcionamento da produção agrícola em Jaboatão dos Guararapes é exercido há muito tempo na região. Por mais que o sistema canavieiro baseado na grande propriedade e em um contingente de mão de obra provocasse sérios problemas para a diversificação da agricultura e para o acesso definitivo à titulação da terra pelos agricultores, ele condicionou a agricultura no município. Essa problemática foi a base do meio rural de Jaboatão dos Guararapes, na qual a agricultura sempre esteve à sombra da cana-de-açúcar.

Como desmantelamento das atividades canavieiras, a política de desenvolvimento exercida no município não se preocupou com as necessidades dos agricultores presentes em seu território, antes se concentrou na criação de distritos industriais e logísticos, visando à transformação econômica do município. No próximo tópico analisaremos como estas mudanças são percebidas pelos moradores do município e quais são as estratégias utilizadas para organizar suas vidas.

Estratégias das famílias do Engenho Megaípe: o trabalho na indústria

O Engenho Megaípe está localizado na área rural do município de Jaboatão dos Guararapes, que por seu turno se situa a 14km do Recife. A formação do Engenho Megaípe remete ao início do século XIX. Fora a casa-grande do engenho que ainda pertence à família Barradas (antiga dona desse engenho), na atualidade Megaípe pertence à usina de cana-de-açúcar Bom Jesus.

A população do Engenho Megaípe é composta por um total de 465¹¹ pessoas distribuídas de forma dispersa no território. A origem de

¹¹ O dado do quantitativo dos moradores foi obtido na Escola Municipal Rural Menininha Batista, já que não existem dados oficiais sobre a população do Engenho Megaípe.

seus moradores remete a uma formação de descendentes de escravos e uma população oriunda de outros engenhos que se instalou em Megaípe por volta de 1950. Ver a seguir as figuras do Engenho Megaípe:

Figura 2 – Casa-Grande do Engenho



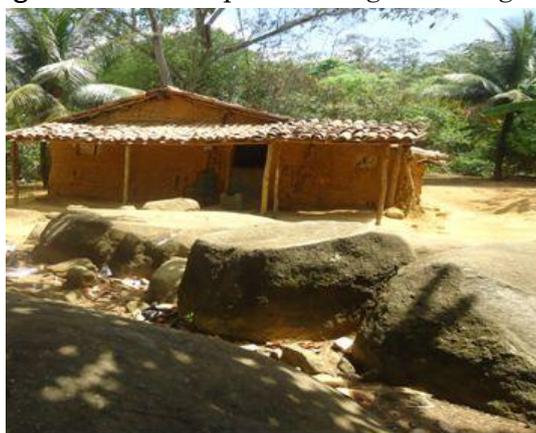
Fonte: Pesquisa de campo do mestrado, 2012.

Figura 3 – Arruado do Engenho



Fonte: Pesquisa de campo do mestrado, 2012.

Figura 4– Casa típica do Engenho Megaípe



Fonte: Pesquisa de campo do mestrado, 2012.

O engenho se divide em uma parte central – onde é possível encontrar as casas conjugadas, a escola rural e o barracão que vende desde mantimentos até bebidas alcoólicas– e uma parte periférica, distante da parte central. As casas típicas do engenho possuem, de forma geral, poucos cômodos, não possuem banheiro e são feitas de barro batido.

Apesar das dificuldades vivenciadas por quem mora em Megaípe, o modo de vida no engenho sempre é descrito como “bom” pelos seus atores sociais. A fala de uma moradora exemplifica essa afirmação:

Aqui é o meu lugar. Quero ficar aqui pro resto da minha vida. Aqui é tranquilo, sem violência, as crianças cresce com felicidade, porque aqui a criança é criada à vontade, solta (Dona D., 57 anos).

Outra moradora ainda afirma que,

O melhor lugar para se morar é no engenho (Dona D., 60 anos).

Com base nas narrativas obtidas nas entrevistas pudemos ir mapeando o perfil das famílias pesquisadas. O esforço buscou compreender como haviam chegado ali, como viviam e quais eram as estratégias de reprodução social de cada família nesse contexto de mudanças.

Os dados apontaram que, de maneira geral, os moradores do engenho fazem uma avaliação positiva da vida no campo e que, apesar dos contratempos, como a distância do engenho das áreas de serviço disponíveis na cidade, não se imaginam vivendo longe dos vizinhos e da natureza.

No entanto, as entrevistas com os moradores mais jovens¹² apontaram um desejo de sair da área rural, motivados, sobretudo, pela vontade de ter uma vida com qualidade, que para eles seria ter acesso

¹² Por *jovens* compreendemos uma categoria que abrange uma construção biológica, mas também social, e que é formada pelos diversos interesses de seus atores sociais (BOURDIEU, 1983). Nesse sentido, para a realização da pesquisa consideramos como jovens aqueles que se classificavam como tais; no caso, o recorte de idade foi entre 21 e 31 anos (CASTRO, 2005).

aos serviços que são ofertados na cidade. O interessante é que, mesmo com o desejo de partir, esses jovens informaram que gostam de viver no engenho e que não saberiam morar em outro lugar, o que revela a tensão subjetiva entre ir e não ir habitar na cidade.

Tabela 1 – Vontade dos entrevistados de sair do meio rural para a cidade

Vontade	Quantidade	Porcentagem (%)
Não tenho vontade	25	78,12%
Sim, pois a cidade oferece melhores condições de vida	6	18,75%
Sim, outros motivos	1	3,12%
Total	32	100%

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012

Com relação aos que querem sair do campo, a pesquisa indicou que os moradores mais jovens são os que manifestam esse desejo, com 18,75%. A maior parte desses jovens possui, ainda, mais anos de estudos que as outras pessoas pesquisadas e já tiveram algum tipo de contato com o trabalho não agrícola no centro urbano de Jaboaão dos Guararapes ou no Porto de Suape. Contudo, os 78,12% dos indivíduos que não têm vontade de sair do meio rural são os moradores mais antigos¹³ do engenho.

Nesse sentido, tornou-se comum ouvir os moradores mais antigos do Engenho Megaípe afirmar que “quando se mora em engenho não se acostuma morar na rua”. Assim, a vida no engenho se torna, muito além de um espaço físico delimitado, um ponto de partida no ordenamento da vida desses atores no mundo.

¹³São considerados *moradores mais antigos* aqueles oriundos do próprio engenho, ou seja, aqueles cuja trajetória familiar está ligada a Megaípe há aproximadamente três gerações. Os próprios moradores do Engenho Megaípe fazem essa distinção, informando que os moradores mais novos são os que vieram para a localidade na década de 1990, após terem sido expulsos de outros engenhos da Zona da Mata.

Contudo, o fato de morarem em uma localidade atravessada por diversas fragilidades, impulsionada, sobretudo, pela expansão das atividades industriais ao seu redor, aparece evidenciado em suas falas, principalmente no que diz respeito às incertezas que os moradores possuem com relação permanência no seu lugar de vida. Ou seja, há um duplo temor nas famílias do Engenho Megaípe: por um lado, o receio com a instabilidade do sistema de morada, em que podem ser banidos de acordo com a vontade do dono do engenho; e, por outro lado, o medo de sofrerem uma segunda expropriação, relacionada ao avanço das empresas na área do engenho:

A terra representa coisas boas. O que eu mais queria era ter uma terra minha mesmo. Aqui no engenho há dez anos essa BR embaixo não existia. Havia muita mangueira e jaqueira, mas agora o espaço para plantar tá diminuindo, os pés de árvore estão morrendo, o rural tá se apertando. Isso tá escrito na Bíblia, por isso as coisas ruim estão acontecendo, e nossa vida tá piorando. (Seu I. J. 40 anos, Engenho Megaípe)

A fala do morador I. J. permite analisar dois aspectos interessantes sobre os anseios de quem mora no Engenho Megaípe: a obtenção da terra e a preocupação com o avanço das empresas que pode abalar a já tão frágil condição de vida das famílias agricultoras que vivem na região.

Contudo, esse medo só se restringe a uma possível saída deles em face das mudanças, porque, no que diz respeito à geração de empregos que essas empresas proporcionam aos filhos dos agricultores, elas são vistas com bons olhos.

Era muito difícil a vida aqui. Era meio ruim, não existia serviço não. Tinha vez que a gente trabalhava dois, três dias, e mesmo assim tinha semana que não tinha nada. Quando a usina abriu aqui, há uns 20 anos atrás, começaram a

abrir mais oportunidade, mas o emprego na usina ainda era ruim. Mas quando as empresas vieram elas empregaram muita gente. Os jovens aqui tudo tem trabalho agora. Não dá pra viver só do roçado pra sustentar uma família. Quando você vive só de engenho é ruim, porque não conseguimos ter nenhum mocambo só nosso. A gente não tem nada na vida. Tem que trabalhar fora para melhorar as coisas. (Senhor R. C. S. 65 anos, Engenho Megaípe)

Essa fala ilustra o fato de que viver somente da agricultura nunca fez parte da realidade da estrutura familiar, e os dados do campo indicam que essa não é apenas uma realidade vivenciada pela família do seu R.C.S., mas de todos os moradores de Megaípe. Antes das empresas se instalarem na região, e de Suape ascender no cenário econômico pernambucano, o máximo que esses jovens conseguiam como atividade não agrícola era o trabalho rural no canavial. Agora, porém, os jovens e suas famílias contemplan outra saída que se caracteriza pela busca do trabalho “fichado” nas firmas.

Com relação às atividades produtivas, na área da pesquisa há uma predominância de fontes de rendimentos não agrícolas em decorrência de dois fatores centrais que já foram citados anteriormente: primeiramente, porque quem mora no engenho precisa trabalhar para a usina, e, em segundo lugar, por causa da impossibilidade de se viver apenas da agricultura na região.

Os rendimentos das famílias pesquisadas são de origem agrícola e não agrícola, este último se referindo aos benefícios sociais (aposentadorias rurais, pensões, bolsa família e o PETI) e às atividades na usina, nas empresas da região e em Suape.

Um dado interessante apurado na pesquisa de campo é que há uma divisão clara das ocupações de cada membro da família nas suas atividades. De maneira geral, os filhos são os que optam por trabalhar nas atividades não agrícolas, incentivados, sobretudo pelos pais; os chefes da unidade familiar trabalham na usina e as esposas trabalham no serviço doméstico. Contudo, todos os que fazem parte do grupo

familiar também trabalham no roçado durante a semana e nos finais de semana, exceto as crianças.

Toda essa diversificação das atividades acionadas pelas famílias do meio rural tem impulsionado mudanças nas respectivas trajetórias de vidas dessas famílias, bem como na mobilidade espacial de seus membros. As famílias pesquisadas que possuem algum tipo de trabalho nas indústrias demonstraram uma tendência de maior fluxo com a cidade, na qual os filhos que saem para trabalhar passam a adquirir novas necessidades de consumo e padrão de vida que antes não tinham. Sob esse aspecto, os pais desses jovens, durante as conversas travadas, comentavam que a cabeça dos seus filhos mudava quando eles passavam a trabalhar nas indústrias: “Eles querem viver como o povo da rua, ter o que eles têm, fazer o que eles fazem” (Moradores do engenho).

Dessa forma, das 32 famílias analisadas, temos as seguintes combinações: a) famílias que vivem apenas da agricultura; b) famílias que vivem da atividade agrícola e da renda de algum benefício social – como, por exemplo, aposentadoria por motivo de doença, aposentadoria da usina, aposentadoria rural, pensões, bolsa família e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI); c) famílias que vivem da atividade agrícola e da atividade não agrícola nas indústrias, nas empresas, no trabalho em Suape, além do trabalho no serviço público. A Tabela 2 indica as fontes de renda das famílias:

Tabela 2–As fontes de renda das famílias de Megaípe

Fonte de renda	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
Benefício social	2	6,25
Atividade agrícola	1	3,12
Atividade não agrícola + Atividade agrícola	7	21,87
Benefício social + Atividade agrícola	8	25
Atividade não agrícola+Benefício social	2	6,25
Atividade não agrícola+ Benefício social +Atividade agrícola	12	37,5
Total	32	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Para entender de forma detalhada quais as fontes de renda não agrícolas que são utilizadas pelas famílias, a Tabela 3 descreve não somente as fontes de renda não agrícolas do núcleo familiar, mas a quantidade de pessoas que usufrui da respectiva fonte de renda. Ou seja, o resultado total do número de pessoas descrito na tabela como 68 não indica a quantidade de famílias entrevistadas, que como demonstramos anteriormente foram 32, mas a quantidade de pessoas dentre as famílias pesquisadas que possuem rendas não agrícolas:

Tabela 3 –Fonte de renda das atividades não agrícolas

Fonte	Nº de pessoas	Porcentagem (%)
Aposentadoria pela usina	2	2,94
Aposentadoria rural	11	16,17
Aposentadoria (doença)	3	4,41
Pensão	4	5,88
PETI	2	2,94
Bolsa Família	16	23,52
Indústria/Empresa	14	20,58
Suape	6	8,82
Usina Bom Jesus	7	10,29
Funcionário Público	3	4,41
Total	68	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

De acordo com a Tabela 3 pode-se perceber o mosaico das fontes de renda das atividades não agrícolas acionadas pelas famílias. Contudo, apesar de toda a diversidade demonstrada na tabela, o que

tem se apresentado como algo recente na região são as atividades de indústria/empresa (20,58%), que envolve os novos “empregos” no ramo de logística, construção civil, *callcenter* e minérios. A busca pelo emprego no Porto de Suape, que representa 8,82% no engenho, também surge como algo novo.

Essas novas atividades vivenciadas pelos membros de algumas famílias na região são desenvolvidas predominantemente pelos mais jovens. Já os chefes das unidades familiares (no caso os homens) são os que se ocupam do trabalho na usina que atua no engenho: a usina Bom Jesus. Com relação a aposentadorias e pensões, elas também são usufruídas pelos chefes das unidades familiares, tanto homens como mulheres. Por fim, conforme descrito na tabela, os programas de transferência de renda, como PETI e bolsa família, são recursos encontrados em abundância na região e são administrados majoritariamente pelas mulheres.

Paralelamente a esta questão, quando questionados sobre o principal motivo que levou as famílias a optarem pela renda não agrícola, os entrevistados apresentaram, de forma quase unânime, dois motivos principais: ajudar na renda familiar e buscar trabalhos que assegurem os “direitos sociais”. Em geral, esses jovens são incentivados pelos pais a buscarem outros tipos de emprego, com a finalidade de ajudar no sustento da casa.

Nas Tabelas 4 e 5 fazemos uma comparação das rendas mensais obtidas pelos trabalhadores, advindas tanto de atividades agrícolas quanto de não agrícolas. Um dos dados constatados ao analisar ambas as tabelas é que para a maioria das famílias a renda obtida com a agricultura é bastante reduzida.

Como renda não agrícola incluem-se os benefícios sociais e as atividades não agrícolas. Há somente uma família que vive exclusivamente da agricultura, por isso ela não foi mencionada na tabela.

Tabela 4—Renda familiar mensal das atividades não agrícolas

Renda	Quantidade de famílias com rendas não agrícolas	Porcentagem (%)
-------	---	-----------------

Até R\$ 622,00 (1 salário mínimo)	13	41,93
Entre mais de 1a menos de 2 salários mínimos	0	0,00
R\$ 1.244,00 a 1.866,00 (entre 2 e 3 salários)	18	58,06
Acima de R\$ 1.866,00	0	0,00
Total	31	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

A tabela aponta que 58,06% das famílias têm uma renda mensal média que varia de R\$ 1.244,00 a R\$ 1.866,00 pelas atividades não agrícolas. A pesquisa revelou que as famílias que recebem esse valor são as que chegam a ter até duas aposentadorias ou pensões. Já as famílias que na tabela aparecem recebendo até 1 salário mínimo, geralmente recebem bem menos que 1 salário, são os que vivem dos benefícios sociais, os que trabalham na usina e os que trabalham em empresas que não pagam o salário mínimo. Se compararmos esse dado com a renda média obtida por meio das atividades agropecuárias, perceberemos as discrepâncias entre essas fontes de renda.

Conforme podemos observar na tabela 5, a maioria das famílias que possuem rendas advindas das atividades agropecuárias recebe até R\$ 100,00 mensais. Esse valor não chega nem a superar o valor mínimo obtido pela renda não agrícola, que é de aproximadamente R\$ 622,00 (salário mínimo do ano de 2012).

Tabela 5–Renda familiar mensal das atividades agropecuárias

Renda mensal	Quantidade de famílias	Porcentagem (%)
--------------	------------------------	-----------------

Até R\$ 100,00	11	40,74
R\$ 101,00 a 300,00	7	25,92
R\$ 301,00 a 500,00	4	14,81
R\$ 501,00 a 700,00	2	7,40
Acima de R\$ 700,00	3	11,11
Total	27	100

Fonte: Pesquisa de campo realizada no ano de 2012.

Analisando a tabela, observa-se que apenas 27 famílias vendem o que produzem; as outras cinco famílias produzem para o consumo interno, não chegando a ter nenhum tipo de renda com a lavoura. Um dado interessante com relação à “renda mensal R\$100,00”, obtida nas atividades agropecuárias, é que parte das famílias que se encontram nesse grupo recebe mensalmente R\$51,00 em média (o menor valor recebido por uma família é R\$33,00 e o maior valor nesse grupo é R\$ 83,00).

Em decorrência da pouca remuneração, as famílias não vislumbram outra alternativa para viver que não seja a busca pelo trabalho nas indústrias. A fala que se segue ilustra bem essa condição dos moradores:

Meus filhos foram criados no roçado. Antigamente a vida aqui era muito difícil, pois a gente só vivia do campo. A gente era muito pobrezinho, eu tinha que trabalhar muito no campo pra poder ter dinheiro e ir na rua comprar leite pra criar meus filhos. Quando foi chegando a idade dos meus filhos, eles iam pra rua me ajudar a vender cajá, manga e macaxeira. Mas depois que tiraram os documentos foram procurar suas melhoras, porque não dá pra viver só da roça. Quem trabalha na usina é somente o meu marido, o serviço é pesado e o ganho é pouco, por isso os filhos tiveram que sair da roça e trabalhar nas indústrias. (Dona I. M. S. 53 anos, Engenho Megaípe)

Esse relato revela, em certo sentido, o grau de instabilidade das atividades agrícolas no Engenho Megaípe. Na realidade, as falas dos moradores indicam que a inserção dos filhos dos agricultores nas atividades não agrícolas tem sido a única saída para minimizar as limitações da vida no campo.

Contudo, essa inserção nas indústrias, ainda que vista pelos moradores como a solução dos seus problemas, revela-se preocupante, visto que esses jovens têm se inserido em uma relação de subemprego que não lhes possibilita garantias ou reais melhorias nas condições de vida. Ao invés disso, reproduz velhas estruturas sociais na região do açúcar, em que seu contingente populacional desde o período colonial tem sido amplamente utilizado a serviço do capital, antes na cana e agora na indústria.

Desse modo, pode-se afirmar que na região do açúcar além dos antigos senhores de engenho, e atuais usineiros, terem se beneficiado dessa mão de obra barata e muitas vezes até gratuita, eles continuaram a manter o prestígio que o monopólio da terra lhes assegurava (MARTINS, 2010, p.3) e a contar com o apoio do Estado na permissividade desse modelo degradante de trabalho nos canaviais. Tudo isso resultou em um problema que envolve vários aspectos, desde a questão concernente às relações humanas até a dinâmica produtiva agrícola local, que até hoje tem o predomínio da cana-de-açúcar.

É interessante ressaltar que nas análises weberianas as mudanças estruturais que ocorreram no meio rural alemão estão relacionadas “ao declínio da constituição patriarcal do trabalho e ao avanço do capitalismo, [que] também atingia o campo” (ALDENHOFF-HÜBINGER, 2012, p.24) e se caracterizava, sobretudo, pela “transformação dos trabalhadores rurais pessoalmente dependentes (...) em trabalhadores diaristas pessoalmente livres e sem propriedade, mas economicamente desprotegidos (...)” (ALDENHOFF-HÜBINGER, 2012, p.31). Todas essas mudanças desencadeadas no Leste da Alemanha foram articuladas em conjunto pelo Estado alemão e pelas oligarquias do campo, sendo responsáveis pela precarização das condições de vida dos trabalhadores rurais e por aquilo que Weber constatou como um

processo de proletarização dos trabalhadores rurais (ALDENHOFF-HÜBINGER, 2012, p.32).

Destarte, na região da mata pernambucana, o Estado foi um dos principais responsáveis pelo processo de proletarização dos trabalhadores rurais, visto que sempre atuou de forma a favorecer os empreendimentos sucroalcooleiros, e agora industriais, direcionando o destino de uma região inteira a uma atividade produtiva específica. Um Estado que acima de tudo, como bem lembra Rancière (1996), é realmente polícia, e que através de vários mecanismos impôs uma vocação que as populações rurais jamais almejaram: exército de mão de obra para o trabalho nos canaviais e também nas indústrias.

Mudanças e permanências no meio rural

Com base na problemática exposta acima, consideramos que o rural não é estático, antes é atualizado pelas ações de seus atores sociais, ganhando, em face disso, novos significados pelos diversos atores inseridos em seu contexto.

As transformações do mundo moderno trouxeram consigo mudanças que também foram percebidas no meio rural, proporcionando o surgimento de novos mecanismos explicativos, em que as velhas dualidades, que se baseavam no entendimento de que o rural e o urbano eram mundos opostos, foram substituídas pela percepção da singularidade que cada um desses espaços agrega.

Assim, o rural pode ser percebido como um espaço que recebe significados a partir das diversas relações sociais que são travadas em seu interior. É através das práticas sociais e da interação de seus atores que o meio rural assume novas questões. Nesse sentido, a representação do rural em Mormont (1990) expressa aquilo que queremos ressaltar, ou seja, que o rural pode ser analisado como uma categoria que ultrapassa um espaço físico determinado, mas que agrega questões simbólicas, no qual os atores sociais constroem suas identidades.

É pautado nessa perspectiva que passamos a compreender as dinâmicas em curso no espaço rural do Engenho Megaípe em Jaboatão dos Guararapes-PE, visto que a proximidade desse engenho de uma região de intensa urbanização, em vez de descaracterizar o seu rural,

tem auxiliado na permanência dessa população no campo, ao possibilitar que as famílias enviem seus filhos para trabalhar na indústria, dando, assim, continuidade ao projeto de vida no meio rural.

Essa constatação denota que o espaço rural se constrói por meio das relações travadas em seu contexto, no qual o modo de vida rural se configura como um dos fatores que contribui para a permanência da população no seu espaço.

Esse modo de vida pode ser entendido como um *mecanismo* que contribui para diferenciá-los de outras categorias sociais, além de ajudá-los a se perceberem a si próprios enquanto população rural. Nesse sentido, a fala dos moradores do engenho confirma essa assertiva. Quando questionados sobre o que motivava a permanência no campo eles afirmavam que era o apego ao lugar, o modo de vida que aprenderam dos pais e, por último, a tranquilidade do meio rural.

Sendo portador de um *modo de vida e trabalho* diferenciado, o homem do campo reproduz suas ações por meio de um *habitus* construído nas relações estabelecidas no seu lugar de vida. A percepção do *habitus* como um instrumento conceitual que dialoga com as relações existentes entre indivíduo e sociedade nos faz refletir sobre as práticas aprendidas e reproduzidas pelos agentes nas suas trajetórias (BOURDIEU, 2008).

Nesses termos, o rural emerge como um espaço de dimensões simbólicas. Para Carneiro (2008) o rural é uma categoria de pensamento¹⁴. Ela faz essa afirmação para se contrapor às ideias, até pouco tempo presentes na sociologia rural, de que as diferenças entre o espaço rural e o urbano tenderiam a desaparecer, havendo uma urbanização total do campo. Muito do que se havia premeditado sobre o

¹⁴ O rural como “categoria de pensamento” foi proposto por Carneiro para elucidar divergências sobre o futuro do meio rural. Com base em Marc Mormont, Jean Rémy e Bourdieu, ela argumenta que: “rural é uma categoria de pensamento que classifica e organiza o mundo social orientando suas ações” (CARNEIRO, 2008, p. 9). Essa organização do mundo social é construída através das questões simbólicas e na interação com outros grupos culturais: “Nesses termos, consideramos que a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (idem, 2012, p.46).

fim do rural, a assimilação do rural pela cidade ou a total urbanização do campo, não aconteceu (MENDRAS, 1976 *apud* CARNEIRO, 2008).

Ao associar a categoria rural a uma dimensão simbólica, Carneiro enquadra a ruralidade como um termo que capta não apenas os novos arranjos encontrados no campo, mas a pluralidade dos atores sociais que se inserem em seu espaço e modificam a sua estrutura (CARNEIRO, 2008, p. 30).

Com isso, não negamos a influência que o espaço exerce sobre o homem, mas afirmamos que o homem também responde aos estímulos externos modificando a estrutura, mesmo que não o faça de forma intencional (ENGELS; MARX, 1998). As atividades humanas são construídas e reconstruídas a todo o momento com atribuições e significados novos (GIDDENS, 2009, p. 3). São os atores que se movem e alteram a estrutura. São eles também que concedem novos sentidos às suas ações.

O que parece ficar evidente é que o rural continua existindo, mas de uma forma diferente, de maneira que o rural se metamorfoseia e expande seu sentido de existir para além do trabalho identificado com a terra. Isso significa dizer que o camponês, o agricultor ou o morador do campo podem, além de exercer atividades no campo, ocupar outras matrizes de atividades laborais.

Contudo, cabe à sociologia, em especial, analisar as diversas formas de inserção produtiva do homem do campo, visto que, ao invés de proporcionar uma real qualidade de vida à população rural, muitas vezes tem sido mais um mecanismo que não possibilita a emancipação da pobreza no campo, antes a reproduz.

Nesse sentido, a pesquisa social deve estar atenta a essas questões que, com efeito, dizem respeito ao futuro das populações rurais, firmando-se, portanto, como um instrumento que possibilite compreender as motivações das ações dos atores em seu espaço de vida, bem como as transformações que ocorrem nesse espaço.

Considerações Finais

Baseado nos dados evidenciados no decorrer deste artigo, pode-se dizer que o meio rural não se liga apenas às questões que envolvem as

atividades agropecuárias, apresentando uma série de situações e complexidades que são atualizadas pelos seus atores sociais.

Nesse sentido, a pesquisa demonstrou que as mudanças que ocorreram no âmbito mais geral, no caso, no próprio Estado de Pernambuco e em Jaboatão dos Guararapes, foram fulcrais para as transformações que se desencadearam na área escolhida para a pesquisa de campo.

Dessa forma, as famílias agricultoras do município, e do Engenho Megaípe em particular, que por muitos anos dependeram do trabalho nas usinas da região para sobreviver, passaram a contemplar nessas atividades não agrícolas uma forma de reproduzir suas condições de existência.

A partir de um estudo de caso em uma região singular, a pesquisa revelou que cada vez mais as famílias se reproduzem socialmente por meio das atividades não agrícolas. Como forma de atividades não agrícolas encontramos, além do trabalho na usina, o trabalho em Suape, nas indústrias da região e nos centros de logística, o que, de fato, tem se mostrado como um fenômeno novo.

Diante do exposto, compreendemos que a região da Zona da Mata de Pernambuco ainda tem muitas questões a serem exploradas, como o aprofundamento das novas dinâmicas atuantes entre os moradores de engenho da “zona” da cana, coagidos pelas metamorfoses que ocorrem nessa região, especialmente em função do crescimento de Suape, que tem feito com que cada vez mais essas famílias passem a contemplar no porto a “salvação de suas vidas”.

Se no passado, como Lygia Sigaud (1979) demonstrou, os moradores de engenho sofreram um processo de expulsão para as cidades da Zona da Mata, na atualidade os processos têm sinalizado para uma inserção desses moradores cada vez maior nas indústrias que surgem na região alavancada pelo crescimento de Suape, o que nem sempre indica uma melhoria nas condições de vida.

Destarte, nossa iniciativa tem por finalidade contribuir um pouco mais para o estudo de uma área tão complexa, como é a região da civilização do açúcar. Esperamos que o presente trabalho tenha cumprido os objetivos propostos, revelando que nas suas trajetórias as famílias agricultoras do Engenho Megaípe recorreram aos diversos tipos

de atividades como estratégia de permanência e reprodução social no campo.

Referências Bibliográficas

ALDENHOFF-HÜBINGER, Rita. Os cursos de Max Weber: economia política, política agrária e questão dos trabalhadores (1894-1900). **Tempo Social** – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 24, n. 1, jan-jun 2012, p 19-36.

ANDRADE, Manuel Correia de. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Editora Massangana, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

_____. A Juventude é apenas uma palavra. In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.

CARNEIRO, Maria José. “Rural” como categoria de pensamento. In: **Ruris**, Campinas, vol. 2, nº 1, p. 9-38, mar. 2008.

CASTILHO, Fernando. Coluna JC Negócios, In: **Jornal do Commercio**, Recife: Publicado em 24.9.2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre Ficar e Sair: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural**. Tese de Doutorado em Antropologia Social, Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CONDEPE/FIDEM. Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco. **Pernambuco: realidade e desafios**. Recife, 2009. 244 p.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Global, 2004.

GARCIA, Carlos; MUSSALEM; Josué. **Suape**: muito mais que um porto, uma visão econômica. Recife: Comunigraf, 2011.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo: São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em: 20 dez. 2012.

JACQUES, Rancière. O dissenso. In: ADAUTO, Novaes (Org.). **A crise da Razão**. São Paulo: Companhia das Letras; Brasília, DF: Ministério da Cultura; Rio de Janeiro: Fundação Nacional de Arte, 1996.

MALINOWSKI, BronislawKasper. **Argonautas do Pacífico Ocidental**: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia. 2ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARTINS, Rodrigo Constante. Novas ruralidades e teoria social: um novo olhar weberiano sobre a noção de território. In: **Anpocs**, Caxambu, MG, out. 2010.

MENEZES, Maria Aparecida de. Migrações: uma experiência histórica do campesinato do Nordeste. In. GODOI, E.P; MENEZES, M.A; MARIN, R.A (Orgs.) **Diversidade do campesinato**: expressões e categorias: Estratégias de reprodução social. Vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

MORMONT, Marc. Who is Rural? Or, how to be rural: towards a sociology of the rural. In: MARSDEN, Terry et al. **Rural Restructuring**:

Global processes and their responses. London: David Fulton Publishers, 1990.

PALMEIRA, Moacir. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. *Contraponto*, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p. 103-114, 1977. In. WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas** (História Social do Campesinato). Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**. Volume II. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCOTT, Russell Parry. Famílias camponesas, migrações e contextos de poder no Nordeste: entre o “cativeiro” e o “meio do mundo”. In. GODOI, Emília Pietrafesa de; MENEZES, Maria Aparecida de; MARIN, Rosa Acevedo (Orgs.) **Diversidade do campesinato: expressões e categorias** (Estratégias de Reprodução Social), vol. II. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

SIGAUD, Lygia. **Os clandestinos e os direitos: estudo sobre trabalhadores da cana-de-açúcar de Pernambuco**. São Paulo: Duas Cidades, 1979.

SINDAÇÚCAR. **Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Pernambuco** (2012). Disponível via internet em <http://www.sindacucar.com.br/noticias_estatisticas.html Acesso em 29/09/12>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WOORTMANN, K. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População: Campinas*, v.7, n.1, p.35-53, 1990. In.

WELCH, C.A; MALAGODI, E; CAVALCANTI, J.S.B; WANDERLEY, M.N.B (Orgs.) **Camponeses brasileiros**: leituras e interpretações clássicas (História Social do Campesinato).Vol. I. São Paulo: Editora UNESP, NEAD, 2009.

Artigo recebido para publicação em:

02 de outubro de 2013.

Artigo aceito para publicação em:

09 de janeiro de 2014.

Como citar este artigo:

MOURA, Jeanne Mariel Brito de; MACIEL, Cleiton Ferreira. “Entre a indústria e a vida no engenho: Uma análise das transformações do trabalho na “zona” da cana de Pernambuco”. In: *Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade*, Rio de Janeiro – RJ, v. 7, n. 2, p. 239-272, 2013.